

Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Administração do Estado de Roraima

PCRR

Polícia Civil do Estado de Roraima

CONCURSO PÚBLICO

Caderno de Prova

Aplicação: 18/5/2003

TARDE

Cargo:

Agente de Polícia Civil

Nível Médio



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém a prova objetiva, com **cento e cinqüenta** itens corretamente ordenados de **1 a 150**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de **um ponto**, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – PCRR, de 6/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 19/5/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> —, nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília — e na cidade de Boa Vista – RR, nos seguintes locais: Secretaria de Estado da Administração, rua Major Manoel Correa, n.º 526, São Francisco; Secretaria de Estado da Segurança Pública, av. Capitão Ene Garcez, n.º 324, Centro (Prédio Velho) e rua Araújo Filho, n.º 703, Centro; Centro Estadual do Servidor Público (CETRESP), av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 1.364, Dos Estados.
- II 20 e 21/5/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.

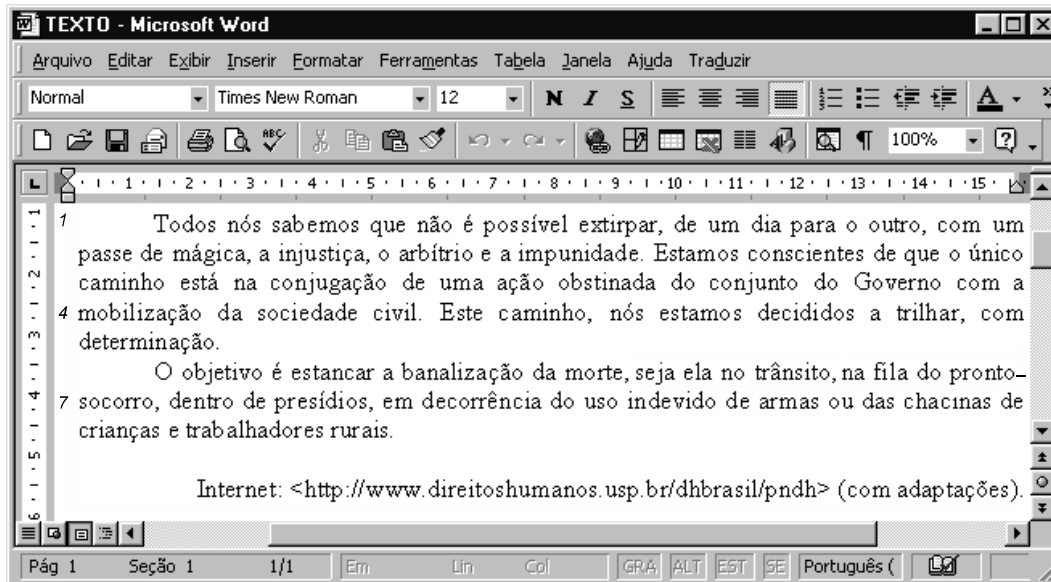
III 11/6/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado de Roraima e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e da convocação para avaliação psicológica, exames biométricos e avaliação médica.

OBSERVAÇÕES




- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2003 – PCRR, de 6/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.




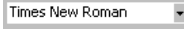
- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código SR, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código SR não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destreas e que expressões como clicar e clique referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS



A figura acima mostra uma janela do Word 2000, com um texto que está sendo editado por um usuário. Com relação à figura, ao texto nela contido, ao tema por ele abordado e ao Word 2000, julgue os itens de 1 a 9.

- 1 O uso do ponto de vista na primeira pessoa do plural, como em “Todos nós” (l.1) e em “Estamos” (l.2), confere ao texto mais interatividade com o leitor, pois tem como efeito incluí-lo como pessoa que compartilha das mesmas idéias expostas no texto.
- 2 Na linha 6, o pronome “ela” refere-se ao antecedente “estancar”.
- 3 A expressão “das chacinas de crianças e trabalhadores rurais” (l.7-8) é complemento de “em decorrência” (l.7).
- 4 Em algumas partes do país, como, por exemplo, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, a ação de criminosos — organizadamente ou não — caracteriza o quadro que o texto define como de “banalização da morte”.
- 5 Caso o usuário deseje inserir uma linha entre o primeiro e o segundo parágrafos do texto mostrado acima, é suficiente clicar imediatamente à direita do ponto final do primeiro parágrafo e, em seguida, clicar .
- 6 Caso o usuário deseje posicionar o primeiro parágrafo abaixo do segundo parágrafo, é suficiente que ele realize a seguinte seqüência de ações: selecionar o primeiro parágrafo; clicar o menu  e, em seguida, na lista de opções que será mostrada, clicar Recortar; pôr o ponto de inserção na linha em branco existente entre o segundo parágrafo e a referência do texto; clicar novamente o menu  e, em seguida, clicar Colar.

- 7 Para se centralizar a última linha do texto, mostrado na figura, é suficiente clicar algum ponto dessa linha e, em seguida, pressionar simultaneamente as teclas  e .
- 8 Caso a palavra “chacinas” (l.7) seja selecionada, clicando-se o menu , aparecerá a opção Dicionário de sinônimos, que fornece uma lista de sinônimos para a palavra selecionada.
- 9 Para se alterar a fonte utilizada no primeiro parágrafo, é suficiente clicar três vezes sobre esse parágrafo, de modo que todo ele seja selecionado; em seguida, alterar o campo  para a fonte desejada.

Nos computadores atuais, os dispositivos de armazenamento são de primordial importância e têm evoluído rapidamente, de forma a se tornarem cada vez mais eficientes. Com relação a dispositivos de armazenamento, julgue os itens seguintes.

- 10 O disco rígido é um dispositivo para armazenamento de dados e programas que realiza a gravação por meio de processos ópticos.
- 11 O disco flexível de 3½” é um dispositivo de armazenamento de dados que utiliza gravação magnética, capaz de armazenar uma quantidade de *bytes* superior a 700 mil.

1 É essencial que as autoridades revejam as providências
referentes ao tratamento e à custódia de todos os presos, a fim
4 de assegurar que os mesmos sejam tratados com humanidade
e em conformidade com a legislação brasileira e o conjunto de
princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre
7 proteção de todo indivíduo sob qualquer forma de detenção ou
reclusão, as regras mínimas da ONU sobre o tratamento de
prisioneiros e o artigo 10 do Acordo Internacional sobre os
Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que reza que todo
10 indivíduo privado de liberdade deve ser tratado com
humanidade e respeito pela dignidade inerente à pessoa
humana.

Anistia Internacional. *Tortura e maus-tratos
no Brasil*, 2001, p. 72 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência e considerando o tema por ele
tratado, julgue os itens seguintes.

- 12 Como o texto se refere a várias ações, seria gramaticalmente
correto substituir “É essencial” (ℓ.1) por **São essenciais**.
- 13 A eliminação do termo referencial “os mesmos” (ℓ.3)
prejudicaria a coerência do texto.
- 14 O verbo **rezar** tem várias acepções e a forma “reza” (ℓ.9) está
sendo utilizada no texto com o sentido de: **contém escrito,
encerra, prescreve, preceitua, determina**.
- 15 A expressão “dignidade inerente à pessoa humana” (ℓ.11-12)
pode ser interpretada como: qualquer pessoa, pelo simples fato
de se tratar de um ser humano, possui valor essencial e
intrínseco que exige e merece respeito.
- 16 A lei brasileira, como a de quase todos os países, não aplica o
conceito de direitos humanos a prisioneiros que tenham
cometido crimes violentos.
- 17 Na tentativa de reverter os crescentes níveis de violência dos
dias de hoje, o sistema penitenciário brasileiro está sendo
modernizado e já é considerado modelo, uma vez que oferece
altos níveis de segurança e conforto para os detentos.

1 Falar em direitos humanos no Brasil é falar de lutas
sociais que se desenrolam em uma sociedade que carrega
marcas históricas de desmandos, violências, arbitrariedades,
4 desigualdades e injustiças. Os resultados não poderiam ser
outros, senão o quadro de violações aos direitos humanos que
permeiam as relações sociais em praticamente toda a sociedade
7 brasileira e que atingem com maior brutalidade as populações
empobrecidas e socialmente excluídas.

O importante avanço institucional que conquistamos
10 com o fim do ciclo totalitário, a redemocratização do país e
a volta das instituições democráticas, não foi acompanhado
de correspondente avanço no que se refere aos direitos
13 econômicos, sociais e culturais. Perpetuam-se no Brasil os
modelos econômicos que aprofundam o escandaloso quadro de
concentração de renda e contrastes sociais. O agravamento da
16 situação de desesperança de nosso povo, atingido duramente
pela exclusão social, pela falência dos serviços públicos e pela
violência crescente, seja no campo seja nas grandes cidades,
19 exige da sociedade civil brasileira uma atuação consciente,
transformadora e efetiva.

Internet: <<http://www.mndh.org/br/asp>> (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência e tendo em vista o que
ele aborda, julgue os itens que se seguem.

- 18 A Constituição de 1988, claramente identificada com a defesa
dos direitos sociais e individuais, é exemplo significativo
daquilo que o texto chama de “importante avanço institucional
que conquistamos com o fim do ciclo totalitário” (ℓ.9-10).
- 19 Para que a expressão “a redemocratização do país e a volta das
instituições democráticas” (ℓ.10-11) não seja um aposto, a
vírgula após “democráticas” pode ser eliminada, sem prejuízo
para a correção gramatical do período.

20 A expressão “Perpetuam-se” (ℓ.13) está no plural para
concordar com “contrastos sociais” (ℓ.15).

21 De acordo com o texto, as flagrantes desigualdades
existentes no Brasil são recentes, frutos do processo de
urbanização e industrialização que o país veio a conhecer
no século XX.

22 O Plano Real, embora tenha obtido importante vitória
sobre uma inflação descontrolada, não conseguiu
promover o fim da concentração de renda e dos elevados
contrastos sociais.

1 A adoção, pela Assembléia Geral das Nações
Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos,
em 1948, constitui o principal marco no desenvolvimento
4 da idéia contemporânea de direitos humanos. Os direitos
inscritos nessa Declaração constituem um conjunto
indissociável e interdependente de direitos individuais e
7 coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais,
sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza
por completo. A Declaração transformou-se, nesta última
10 metade de século, em uma fonte de inspiração para a
elaboração de diversas cartas constitucionais e tratados
internacionais voltados à proteção dos direitos humanos.
13 Esse documento, chave do nosso tempo, tornou-se um
autêntico paradigma ético a partir do qual se pode medir
e contestar a legitimidade de regimes e governos.
16 Os direitos ali inscritos constituem hoje um dos mais
importantes instrumentos de nossa civilização, visando
assegurar um convívio social digno, justo e pacífico.

Internet: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/dhbrasil/pndh>> (com adaptações).

Com base no texto acima e considerando o tema por ele
focalizado, julgue os itens subseqüentes.

23 Embora o efeito de sentido seja diferente, o emprego da
forma verbal no presente “constitui” (ℓ.3) ou no pretérito
constituiu são opções gramaticalmente corretas e
coerentes para o primeiro período do texto.

24 Se a expressão “os quais” (ℓ.8) viesse no singular —
o qual — para concordar com “um conjunto” (ℓ.5),
haveria prejuízo para a correção gramatical do período.

25 Na linha 12, a substituição de “à” por **para a** preservaria
a coerência e a correção do período.

26 O termo “Esse documento” (ℓ.13) refere-se a “tratados
internacionais” (ℓ.11-12).

27 A palavra “paradigma” (ℓ.14) está sendo utilizada com o
sentido de **conjunto dos termos substituíveis entre si
em uma mesma posição dentro da estrutura a que
pertencem**.

28 Entre outros fatores, as atrocidades cometidas na Segunda
Guerra Mundial levaram governos e sociedades a se
preocuparem com a adoção de princípios considerados
fundamentais à dignidade humana, entre os quais os
chamados direitos humanos.

29 Com a chancela da ONU, os direitos humanos foram
incorporados pela legislação de todos os países do
mundo, cujos governos a eles foram obrigados a se
submeter.

	A	B	C	D	E	F
1		Estabelecimentos Prisionais				
2		Região	Quantidade			
3		Centro-Oeste	310			
4		Norte	73			
5		Nordeste	311			
6		Sul	146			
7		Sudeste	176			
8						
9						

A figura acima mostra uma janela do Excel 2000 contendo uma planilha que está sendo editada por um usuário, com informações sobre a distribuição de estabelecimentos prisionais no Brasil, por região. Com relação a essa figura, à planilha mostrada e ao Excel 2000, julgue os itens seguintes.

- 30 Para se calcular o número total de estabelecimentos prisionais no Brasil e pôr o resultado na célula C8, é suficiente clicar essa célula, digitar `=soma(C3:C7)` e, em seguida, teclar .
- 31 Para se determinar a porcentagem de estabelecimentos prisionais na região Norte em relação ao total no Brasil e pôr o resultado na célula D4, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula C4; clicar , selecionar as células de C3 até C7; clicar novamente ; clicar a célula D4; teclar .
- 32 Para se mesclar as células B1 e C1, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponteiro do *mouse* no centro da célula B1; pressionar o botão esquerdo do *mouse* e, mantendo-o pressionado, movê-lo até que o seu ponteiro se posicione no centro da célula C1; liberar o botão esquerdo do *mouse* e clicar .

Com o objetivo de obter informações acerca das áreas protegidas no território brasileiro, um usuário da Internet acessou o *site* do Ministério do Meio Ambiente — <http://www.mma.gov.br> — por meio do Internet explorer 5, em um microcomputador Pentium 4 com *winchester* de 40 GB e RAM de 512 MB. Uma das páginas visitadas pelo usuário está mostrada na janela ilustrada na figura ao lado. Com base nessa figura, julgue os itens a seguir.



- 33 Dispondo do *software* e do *hardware* necessários, caso o usuário deseje imprimir o conteúdo da página mostrada, é suficiente que ele clique o botão Imprimir.
- 34 Caso deseje obter outras possíveis páginas da Internet que contenham informações relacionadas ao assunto acima mencionado, o usuário poderá fazê-lo por meio do botão Pesquisar. Ao clicar esse botão, um campo específico para pesquisa na Internet será disponibilizado na janela do Internet Explorer 5.
- 35 Em geral, as páginas acessadas durante a sessão de uso do Internet Explorer 5 mencionada acima podem ser novamente acessadas por atalhos disponibilizados pelos botões Voltar e Histórico.
- 36 Devido ao fato de a RAM do computador ser de 512 MB, no acesso à Internet descrito acima, as taxas de transmissão de *download* de informação serão da ordem de 512 kbps.
- 37 Após consultar as páginas do Ministério do Meio Ambiente, caso o usuário deseje acessar a página associada ao URL <http://www.cespe.unb.br>, é suficiente que ele digite esse URL no campo **Endereço** e, em seguida, clique o botão Atualizar.

1 Não há como negar: 2001 será lembrado como o ano
dos ataques terroristas contra os Estados Unidos da América
(EUA). Marco histórico, 11/9/2001 estará presente em todas as
4 retrospectivas do novo século. E mais, as imagens do WTC em
chamas ficarão gravadas na retina atônita da humanidade.
Como destacou o escritor italiano Umberto Eco, “nenhum
7 romancista pode imaginar algo mais terrível que a verdade”.

Roberto Candelori. *Reflexões sobre 2001*. In:
Folha de S. Paulo, caderno Fovest, 10/1/2002, p. 7.

Com o auxílio do texto acima e tendo em vista o cenário internacional contemporâneo, julgue os itens que se seguem.

- 38 A prisão de Osama bin Laden, poucos dias após os atentados de 11 de setembro de 2001, foi um duro golpe contra o terrorismo internacional, o qual, a partir de então, praticamente deixou de existir.
- 39 A partir da afirmação do escritor Umberto Eco, conclui-se que houve muito mais exagero que realidade nos atentados contra os EUA, em setembro de 2001.
- 40 Imediatamente antes de “Marco histórico” (ℓ.3), subentende-se uma expressão tal como uma das seguintes: **Já que se configurou como um, Como é um, Uma vez que se constituiu como um.**
- 41 Caso a expressão “na retina atônita” (ℓ.5) estivesse no plural, o período apresentaria erro de concordância.

1 O primeiro retrato socioeconômico do Brasil no novo
século confirmou a melhora nos indicadores educacionais e no
acesso a bens duráveis, iniciado na década passada, e revelou
4 a deterioração do mercado de trabalho nacional. Segundo a
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pelo
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda
7 média dos trabalhadores do país caiu pelo quinto ano
consecutivo em 2001. Desde 1996, os rendimentos acumulam
queda de 10,3 pontos percentuais além da inflação.
10 As estatísticas mostram ainda que o fosso entre trabalhadores
pobres e ricos do país aumentou.

Social melhora, renda não. In: *O Globo*.
13/9/2002, p. 21 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando o assunto ali tratado, julgue os itens subsequentes.

- 42 Pelos dados do IBGE, está havendo sensível redução das disparidades salariais entre os trabalhadores brasileiros.
- 43 A pesquisa feita pelo IBGE não deixa dúvida quanto à estabilidade do mercado de trabalho no Brasil dos últimos anos, que se reflete na preservação do poder de compra dos salários.
- 44 De acordo com o IBGE, de 1996 a 2001, a remuneração dos trabalhadores saiu perdendo no confronto com a inflação.
- 45 O emprego da forma verbal do pretérito perfeito no lugar do presente em “acumulam queda” (ℓ.8-9) prejudicaria a correção gramatical e a concordância do período.

Cortado ao sul pela linha do Equador, a maior parte do território roraimense fica no hemisfério norte. O clima é equatorial, quente e úmido. Mais de 60% da área do estado é coberta pela floresta Amazônica.

No início da década de 80 do século passado, começaram os conflitos entre agricultores, garimpeiros e índios pelo uso da terra no estado. As riquezas minerais do território de Roraima atraíram milhares de pessoas de vários pontos do país, mas principalmente de Rondônia. Para proteger as terras indígenas, o governo federal interditiou em 1982 uma área de 77.000 km², sendo 50.000 km² em Roraima, para criar uma reserva.

Texto adaptado de *Almanaque Abril 2003*, p. 409 e *Nova Enciclopédia Barsa*, p. 476.

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos geográficos e históricos de Roraima.

- 46 Pelo que informa o texto, a maior parte do território roraimense está situada no mesmo hemisfério em que se situa o restante do país.
- 47 Embora mais da metade do território de Roraima esteja coberto pela floresta Amazônica, seu clima é rigorosamente distinto daquele que predomina nos demais estados da região Norte.
- 48 Situado no extremo norte do Brasil, Roraima faz fronteira com dois países: Venezuela e Guiana. Boa Vista, além de ser a capital, é também o mais populoso município do estado.
- 49 Roraima abriga parte da maior reserva indígena brasileira, a dos ianomâmis.
- 50 Jazidas de ouro, cassiterita e pedras preciosas, entre outras riquezas minerais, atraíram milhares de garimpeiros clandestinos e acirraram conflitos pela posse da terra em Roraima.

Demétrio, policial civil do estado de Roraima, conduzindo viatura policial em alta velocidade, na perseguição a bandidos, perdeu o controle do veículo, vindo a atingir uma senhora que estava em uma parada de ônibus. Do acidente, resultou a morte da vítima.

Com base nessa situação hipotética e considerando os direitos e garantias fundamentais, bem como a responsabilidade do Estado e dos seus agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 Eventual pedido judicial de reparação por danos decorrentes da morte deve ser feito em ação contra a Polícia Civil de Roraima.
- 52 Demétrio será julgado por um júri popular, tendo em vista que houve, em tese, um crime contra a vida.
- 53 Os familiares da falecida poderão entrar com ação de indenização diretamente contra o policial civil, sendo suficiente, para sua condenação, a prova de que a morte decorreu da colisão do veículo com o corpo da vítima.
- 54 Independentemente de Demétrio ter ou não agido com imprudência ou imperícia, há responsabilidade civil pela morte e esta é atribuída ao estado de Roraima, objetivamente.

- 55 Se Demétrio for punido administrativamente, sem direito de defesa, com pena de suspensão, por ter provocado o acidente, poderá ajuizar mandado de segurança visando anulá-la.
- 56 Se Demétrio fugir do local do acidente, poderá ter sua prisão decretada por ordem escrita e fundamentada do delegado de plantão.
- 57 O ente público responsável pelo pagamento de indenização aos familiares da vítima tem direito de reaver junto a Demétrio o que pagar, caso comprove que este agiu com dolo ou culpa.
- 58 Mesmo absolvido em eventual acusação de homicídio, Demétrio pode ser punido pela prática de ilícito administrativo, se ficar comprovada sua imperícia ou imprudência.

Acerca das atribuições do chefe do Poder Executivo da União e dos estados, julgue os itens a seguir.

- 59 O governador tem poderes para criar, por decreto, cargos públicos estaduais no âmbito do Poder Executivo, desde que os gastos com pessoal não ultrapassem os limites constitucionais e legais.
- 60 O presidente da República pode vetar um projeto de lei se o seu texto ferir a Constituição.
- 61 O presidente da República tem liberdade para escolher os ministros do Supremo Tribunal Federal, sem a interferência de qualquer outro poder.
- 62 O presidente da República não tem competência para editar medida provisória que tipifique determinada conduta como crime.
- 63 Projeto de lei que altere a remuneração dos policiais civis de determinado estado só pode ser de iniciativa do respectivo governador e não de deputado.

Quanto aos direitos políticos e de acordo com a Constituição da República, julgue os itens subseqüentes.

- 64 Os analfabetos podem votar mas não podem ser eleitos.
- 65 A condenação criminal definitiva pode dar causa à suspensão de direitos políticos.
- 66 O menor de dezoito anos de idade pode ser eleito para cargo dos Poderes Executivo ou Legislativo.
- 67 O governador de estado que desejar concorrer à reeleição deverá renunciar ao respectivo mandato seis meses antes do novo pleito.
- 68 A criação de um partido político depende de aprovação do Poder Legislativo.

A proteção dos direitos humanos e sua efetividade na vida social constituem atualmente preocupações do Estado e de suas instituições. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 69 O Ministério Público tem atribuição de ajuizar ações civis públicas para defender direitos coletivos e difusos.
- 70 O sigilo das comunicações telefônicas pode ser quebrado por determinação do Ministério Público, durante inquérito policial.
- 71 O racismo constitui crime prescritível no período de dois anos.
- 72 Um cidadão com residência em Porto Alegre pode ajuizar ação popular contra ato do governador de Roraima, em defesa do patrimônio deste estado.

73 O Estado, por interesse social, pode impor ao proprietário a perda do seu imóvel.

74 O *habeas data* é meio adequado para o cidadão conhecer informações suas constantes de banco de dados de caráter público.

75 O ajuizamento de *habeas corpus* depende do pagamento de taxa judiciária, salvo para os pobres.

Armando e Sérgio deviam a quantia de R\$ 500,00 a Paulo, porém se recusavam a pagar. No dia marcado para o acerto de contas, Armando e Sérgio, com o ânimo de matar, compareceram ao local do encontro com Paulo portando armas de fogo, emprestadas por Mário, que sabia para qual finalidade elas seriam usadas. Armando e Sérgio atiraram contra Paulo, ferindo-o mortalmente.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens seguintes.

76 Armando, Sérgio e Mário são sujeitos ativos do crime perpetrado, sendo os dois primeiros co-autores, e Mário, partícipe.

77 Paulo é sujeito passivo do crime de homicídio privilegiado.

78 Segundo determina a Lei n.º 8.072/1990, o homicídio de Paulo é considerado crime hediondo.

79 O crime de homicídio descrito acima consumou-se no momento em que a vítima foi ferida em sua integridade física.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos crimes contra a administração pública.

80 Para configurar o delito de concussão, o funcionário público deve solicitar à vítima a vantagem indevida.

81 A falta eventual de funcionário público ao serviço caracteriza o delito intitulado abandono de função.

82 Segundo a lei penal, podem constituir sujeitos ativos do crime de falso testemunho o perito, o tradutor, o intérprete ou a testemunha que figurem em processo judicial.

83 Considere a seguinte situação hipotética.

Patrícia, funcionária de uma empresa pública, apropriou-se da quantia de R\$ 5.000,00, de que tinha posse em razão da função que exercia.

Nessa situação, é correto afirmar que Patrícia praticou o crime de peculato.

84 Aquele que oferece ou promete vantagem indevida a oficial de justiça para que retarde o ato de intimação comete o crime de corrupção ativa.

85 Considere a seguinte situação hipotética.

Nívio declarou seu amor a Tarciana, que, apesar de seus apelos, recusou-se a namorá-lo. Nívio, por vingança, subtraiu uma pulseira de ouro pertencente à amada.

Nessa situação, houve o crime de exercício arbitrário das próprias razões.

86 A lei penal não incrimina a fuga de preso para o alcance da liberdade empreendida sem violência.

Considerando a situação hipotética em que um indivíduo — Flávio — tenha sido preso em flagrante delito, após ter danificado, mediante pauladas, viatura policial, julgue os itens subseqüentes.

- 87** Nesse caso, ocorreu o delito de dano a bem público, de ação penal pública incondicionada, devendo a autoridade policial instaurar o inquérito policial de ofício.
- 88** Nos atos pertinentes ao inquérito policial, será assegurado ao indiciado, Flávio, o amplo direito de defesa, orientado pelo princípio do contraditório.
- 89** Tratando-se de indiciado preso em flagrante, o inquérito policial deverá ser encerrado em, no máximo, 30 dias e, em seguida, remetido ao Poder Judiciário.
- 90** No caso apresentado, será dispensável o exame de corpo delito, bastando a confissão de Flávio para comprovar os fatos.

Considerando as disposições legais pertinentes aos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

- 91** São considerados hediondos, nas formas tentadas ou consumadas, os crimes de homicídio simples, latrocínio, estupro e atentado violento ao pudor.
- 92** O participante de crime hediondo cometido por bando ou quadrilha que denunciar à autoridade seus comparsas, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida.
- 93** Não são suscetíveis de anistia e indulto os crimes hediondos.
- 94** No crime de genocídio, a prisão temporária deverá ser decretada pelo prazo de cinco dias, prorrogável por igual período.

No que se refere aos crimes contra a honra, julgue os itens seguintes.

- 95** Considere a seguinte situação hipotética.
Maria, proprietária de um supermercado, sabendo que seu próprio filho praticara furto em seu estabelecimento, atribuiu ao empregado José tal responsabilidade, dizendo ser ele o autor do delito.
Nessa situação, Maria cometeu o crime de calúnia.
- 96** A difamação e a injúria são crimes contra a honra, sendo que a injúria atinge a honra objetiva da vítima, e a difamação, a honra subjetiva.
- 97** Considere a seguinte situação hipotética.
Antônia, ao presenciar a prisão de seu filho, proferiu xingamentos aos policiais que a efetuavam, ofendendo-os.
Nessa situação, é correto afirmar que Antônia praticou o crime denominado injúria.
- 98** Nos crimes contra a honra, a retratação do ofensor somente é possível nos crimes de calúnia e difamação.

Acerca das prisões em flagrante, preventiva e temporária, julgue os itens a seguir.

- 99** Considere a seguinte situação hipotética.
Um fiscal exigiu a entrega de certa quantia em dinheiro para não cobrar imposto devido. A vítima concordou e se comprometeu a entregar a quantia em um lugar determinado. Entretanto, a vítima informou o acordo à polícia, que prendeu o funcionário público na hora da entrega da referida quantia.
Nessa situação, está caracterizado o flagrante provocado.
- 100** Índícios de autoria e prova da materialidade do crime são pressupostos para a decretação da prisão preventiva.

101 Um indivíduo que seja preso em flagrante pelo delito de tráfico ilícito de substância entorpecente poderá ser beneficiado com a liberdade provisória, mediante o pagamento de fiança.

102 Considere a seguinte situação hipotética.

Após consumir, por inteiro, um cigarro contendo substância entorpecente, um indivíduo foi preso por policiais e levado à delegacia mais próxima.

Nessa situação, deverá ser lavrado auto de prisão em flagrante pela prática do crime de porte de drogas.

103 Se o agente praticar infração sob o manto de qualquer das excludentes de ilicitude, não será decretada sua prisão preventiva.

104 A prisão temporária poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou do respectivo processo judicial.

Considerando as disposições legais pertinentes à ilicitude, à culpabilidade e à punibilidade, julgue os seguintes itens.

- 105** São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento do dever legal e a coação moral irresistível.
- 106** Entende-se por punibilidade a possibilidade jurídica de o Estado impor sanção penal a autor, co-autor ou partícipe de infração penal.
- 107** Considere a seguinte situação hipotética.
Dionísio, para salvar a si próprio e a seu filho, feriu mortalmente um leão que acabara de fugir do zoológico e ameaçava atacá-los.
Nessa situação, Dionísio agiu em legítima defesa.
- 108** Age em estrito cumprimento do dever legal o policial que emprega força física para impedir fuga de presídio.
- 109** O erro de proibição, a obediência hierárquica e a inimputabilidade por menoridade penal excluem a culpabilidade.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 110** Bento praticou o crime de receptação, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos. Posteriormente, por ocasião de seu julgamento, passou a vigor lei que, regulando o mesmo fato, impôs pena de um a cinco anos. Nessa situação, a lei posterior será aplicada em face do princípio da retroatividade de lei mais severa.
- 111** Carlos, após romper a corrente e o cadeado da porta de serviço do apartamento de Clara, subtraiu vários eletrodomésticos que se encontravam no imóvel. Nessa situação, Carlos cometeu o crime de furto qualificado.
- 112** João, ao ver sua ex-namorada sair do cinema acompanhada de Francisco, empunhou uma faca peixeira e golpeou as costas de Francisco, ocasionando-lhe lesões corporais. Nessa situação, o instrumento empregado para o crime deverá ser submetido a exame pericial para verificar sua natureza e eficiência.

113 Tales estava sendo processado por ter estabelecido jogo de azar em uma praça de sua cidade. Posteriormente, surgiu uma lei que deixou de considerar o fato como infração penal. Nessa situação, o processo deve ser encerrado em virtude da *abolitio criminis*.

114 Um policial deixou a janela da viatura aberta e se afastou para averiguar local de crime. Aproveitando-se desse fato, uma pessoa subtraiu do interior do citado veículo o aparelho radiotransmissor. Nessa situação, o policial concorreu para a prática de crime de outrem.

Com relação à ação penal, julgue os itens subseqüentes.

115 Vícios formais verificados no inquérito policial ensejam a nulidade da respectiva ação penal.

116 A ação penal pública incondicionada será iniciada por denúncia a ser oferecida pelo representante do Ministério Público.

117 Ocorrendo crime que enseje ação penal pública condicionada à representação, a retratação do ofendido somente poderá ser recebida até a data do oferecimento da denúncia.

118 A ação penal privada poderá ser intentada mediante queixa, tanto pelo ofendido como por seu representante legal.

119 O prazo para oferecimento da denúncia, encontrando-se o acusado preso, não poderá exceder dez dias.

Considerando as disposições legais acerca do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, julgue os itens seguintes.

120 Antes de receber formalmente a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para que apresente defesa preliminar em trinta dias.

121 A queixa ou a denúncia obrigatoriamente será instruída com documentos que façam presumir a existência do delito.

122 O rito a ser observado no processo e no julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos será o ordinário comum.

Julgue os seguintes itens, pertinentes ao *habeas corpus*.

123 O *habeas corpus*, segundo a doutrina moderna, é ação penal popular constitucional não sujeita ao recolhimento de custas processuais.

124 Quando se destina a afastar constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, o *habeas corpus* é denominado de liberatório ou repressivo.

125 O *habeas corpus* somente poderá ser impetrado por advogado ou membro do Ministério Público.

Por erro da administração pública, foi expedido ato administrativo concedendo gratificação a servidor público que a ela não tinha direito. Um ano depois da concessão, a administração descobriu o erro.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

126 O ato não pode ser anulado pela administração pública, porque gerou direito adquirido.

127 O ato não pode ser anulado pela administração pública, porque decorreu o prazo de um ano.

128 O ato pode ser anulado judicialmente.

129 No caso, cabe revogação pela administração pública.

130 O ato pode ser revogado judicialmente.

Determinado fiscal de vigilância sanitária da prefeitura fechou temporariamente, com fundamento em lei municipal, restaurante que vendia comida estragada.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

131 O ato do fiscal decorreu do poder de polícia da administração pública.

132 O ato do fiscal foi inválido, porque o fechamento de restaurante, ainda que temporariamente, depende de autorização judicial.

133 O ato do fiscal foi válido, mas o auto de infração deve ser encaminhado ao juízo competente.

134 O ato do fiscal foi dotado de presunção de legitimidade.

135 Contra o ato do fiscal, pode o dono do restaurante insurgir-se administrativamente.

136 O ato do fiscal configurou abuso de poder.

137 Na situação em apreço, somente a polícia judiciária poderia ter tomado a providência adotada pelo fiscal.

Acerca do conceito, dos elementos e dos princípios do serviço público, julgue os itens que se seguem.

138 A concessão de serviço público independe de licitação.

139 Todos os serviços públicos devem ser gratuitos.

140 Decreto federal disporá sobre o regime das concessionárias de serviços públicos.

141 Os serviços públicos podem ser concedidos a particulares.

142 O serviço público não pode, como regra, tratar seus usuários de forma desigual.

143 Um dos princípios que rege o serviço público é o da continuidade.

Acerca do conceito, da organização e dos fins do Estado, do governo e da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

144 A soberania é elemento indispensável do conceito de Estado nacional, garantia de sua autodeterminação.

145 O Poder Legislativo tem por função típica legislar, mas também exerce funções judiciais atípicas.

146 Os estados-membros são entes com personalidade de direito público interno e externo, podendo firmar tratados internacionais.

147 As autarquias federais, embora sejam entes privados, atuam em cooperação com o Estado.

148 As fundações públicas integram a administração pública e seus servidores podem ocupar cargo efetivo, subordinados a regime jurídico estatutário.

149 As empresas públicas detêm personalidade jurídica de direito público.

150 O Estado, querendo explorar determinada atividade econômica, pode constituir sociedade de economia mista.